

Elog S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Elog S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elog S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, mas que por opção da Administração da Companhia foram apresentadas, e consideradas informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

ELOG S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.970	257.655	76.165	275.035	Fornecedores	381	1.382	20.550	13.172	
Clientes	6	11	-	42.441	27.322	Contas a pagar - aquisição de empresas	18	-	110.031	-	110.031
Tributos a recuperar	7	2.681	903	3.923	1.397	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	18.392	18.675
Despesas antecipadas	8	293	195	5.000	3.447	Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	1.152	400
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		9.967	-	-	-	Debêntures	21	15.782	444	15.782	444
Outros créditos		159	21	6.651	6.260	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	64	129	5.390	6.261
Total do ativo circulante		<u>80.081</u>	<u>258.774</u>	<u>134.180</u>	<u>313.461</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	17	-	425	9.436	11.128
NÃO CIRCULANTE						Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	1.028	307
Partes relacionadas - adiantamento para futuro aumento de capital	22	1.955	-	-	-	Partes relacionadas - contas a pagar	22	15.302	20.530	627	305
Depósitos judiciais	9	-	-	9.187	1.515	Outras contas a pagar		2.422	343	18.084	8.247
Ativo indenizatório	10	3.587	3.587	3.587	3.587	Total do passivo circulante		<u>33.951</u>	<u>133.284</u>	<u>90.441</u>	<u>168.970</u>
Tributos diferidos	15.a)	-	-	4.780	6.562	NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos		-	-	8.006	5.178	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	95.882	103.619
Investimentos:						Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	493	299
Em controladas	11	189.309	135.466	12	-	Debêntures	21	152.824	168.216	152.824	168.216
Ágio fundamentado em intangíveis	11	154.189	156.494	-	-	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	23	15.009	14.169	25.336	22.915
Ágio fundamentado em lucratividade futura	11	66.288	77.043	-	-	Tributos diferidos	15.a)	-	-	2.560	3.059
Propriedade para investimento	12	-	-	64.503	54.499	Outras contas a pagar		687	184	2.092	3.700
Imobilizado	13	6.416	2.108	217.879	158.949	Total do passivo não circulante		<u>168.520</u>	<u>182.569</u>	<u>279.187</u>	<u>301.808</u>
Intangível	14	2.314	9	229.162	244.655	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total do ativo não circulante		<u>424.058</u>	<u>374.707</u>	<u>537.116</u>	<u>474.945</u>	Capital social	24.a)	284.854	284.854	284.854	284.854
TOTAL DO ATIVO		<u>504.139</u>	<u>633.481</u>	<u>671.296</u>	<u>788.406</u>	Reserva de capital	24.b)	40.000	40.000	40.000	40.000
						Prejuízos acumulados		(23.186)	(7.226)	(23.186)	(7.226)
						Total do patrimônio líquido		<u>301.668</u>	<u>317.628</u>	<u>301.668</u>	<u>317.628</u>
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>504.139</u>	<u>633.481</u>	<u>671.296</u>	<u>788.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	25	-	-	302.962	28.156
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	26	-	-	(210.798)	(21.553)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>92.164</u>	<u>6.603</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	26	(6.193)	(8.444)	(68.394)	(12.214)
Amortização de ágio		(13.060)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	17.907	(374)	-	-
Outras (despesas) receitas, líquidas		<u>(2.272)</u>	<u>-</u>	<u>1.467</u>	<u>7.277</u>
		<u>(3.618)</u>	<u>(8.818)</u>	<u>(66.927)</u>	<u>(4.937)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(3.618)</u>	<u>(8.818)</u>	<u>25.237</u>	<u>1.666</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	27	13.295	5.275	19.395	6.754
Despesas financeiras	27	<u>(25.637)</u>	<u>(1.094)</u>	<u>(47.949)</u>	<u>(11.969)</u>
		<u>(12.342)</u>	<u>4.181</u>	<u>(28.554)</u>	<u>(5.215)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(15.960)</u>	<u>(4.637)</u>	<u>(3.317)</u>	<u>(3.549)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	15.b)	-	-	(12.328)	(1.088)
Diferidos	15.b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(315)</u>	<u>-</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.643)</u>	<u>(1.088)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(15.960)</u>	<u>(4.637)</u>	<u>(15.960)</u>	<u>(4.637)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	28	<u>(0,15)</u>	<u>(0,05)</u>	<u>(0,15)</u>	<u>(0,05)</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital Ágio de subscrição</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		63.554	-	(2.589)	60.965
Aumento de capital	24.a)	221.300	40.000	-	261.300
Prejuízo do exercício		-	-	(4.637)	(4.637)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>284.854</u>	<u>40.000</u>	<u>(7.226)</u>	<u>317.628</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(15.960)	(15.960)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		<u>284.854</u>	<u>40.000</u>	<u>(23.186)</u>	<u>301.668</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.960)	(4.637)	(3.317)	(3.549)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	369	10	30.641	7.020
Amortização de ágio	13.060	-	-	-
Baixa do ativo intangível e propriedade para investimento	-	-	2.543	2.410
Encargos financeiros, variação cambial sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	23.396	765	27.247	10.849
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.199	(8.670)	9.263	(8.645)
Resultado de equivalência patrimonial	(17.907)	374	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	(11)	-	(15.119)	(1.261)
Partes relacionadas - adiantamento para futuro aumento de capital	(1.955)	20.530	-	-
Tributos a recuperar	(1.778)	(892)	(2.526)	(892)
Despesas antecipadas	(98)	(195)	(1.553)	(361)
Depósitos judiciais	-	-	(7.672)	(86)
Outros créditos	(138)	29	(3.219)	20.576
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(1.001)	1.182	7.378	(3.800)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(65)	112	(871)	66
Obrigações sociais e trabalhistas	(425)	143	(1.692)	296
Pagamentos de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(359)	-	(6.842)	(12)
Partes relacionadas - contas a pagar	(5.228)	-	322	(726)
Outras contas a pagar	2.582	517	8.229	184
Tributos diferidos	-	-	967	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(11.607)	(501)
Juros pagos	(23.450)	-	(26.085)	(10.766)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(27.769)</u>	<u>9.268</u>	<u>6.087</u>	<u>10.802</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Investimento em controladas	(45.903)	(33.468)	(12)	-
Aquisição - Elog Sudeste e Elog Sul	(110.031)	(145.383)	(110.031)	(140.307)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	(11.286)	(12.866)
Aquisição de imobilizado	(4.417)	(2.099)	(70.706)	(24.862)
Aquisição de intangível	(2.565)	(10)	(4.633)	(422)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(162.916)</u>	<u>(180.960)</u>	<u>(196.668)</u>	<u>(178.457)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	261.300	-	261.300
Captação de financiamentos e arrendamento mercantil - terceiros	-	-	14.016	70.810
Captação de debêntures, líquida do custo de captação	-	167.894	-	167.894
Pagamento de financiamentos e arrendamento mercantil - terceiros	-	-	(22.305)	(58.284)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	429.194	(8.289)	441.720
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(190.685)</u>	<u>257.502</u>	<u>(198.870)</u>	<u>274.065</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	257.655	153	275.035	970
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	66.970	257.655	76.165	275.035
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(190.685)</u>	<u>257.502</u>	<u>(198.870)</u>	<u>274.065</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
RECEITAS				
Com logística	-	-	358.437	30.684
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	-	-	(126.713)	(11.070)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.253)	(7.433)	(32.152)	(9.842)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	<u>(18.253)</u>	<u>(7.433)</u>	<u>199.572</u>	<u>9.772</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(369)	(10)	(30.641)	(7.020)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>(18.622)</u>	<u>(7.443)</u>	<u>168.931</u>	<u>2.752</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	13.295	5.275	19.395	6.754
Resultado de equivalência patrimonial	17.907	(374)	-	-
Outras receitas	-	-	1.551	7.277
	<u>31.202</u>	<u>4.901</u>	<u>20.946</u>	<u>14.031</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>12.580</u>	<u>(2.542)</u>	<u>189.877</u>	<u>16.783</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>12.580</u>	<u>(2.542)</u>	<u>189.877</u>	<u>16.783</u>
Pessoal	<u>2.819</u>	<u>1.001</u>	<u>90.015</u>	<u>5.836</u>
Remuneração direta	2.392	905	72.146	4.918
Benefícios	245	54	13.087	690
FGTS	182	42	4.783	228
Impostos, taxas e contribuições	-	-	<u>67.788</u>	<u>3.615</u>
Federais	-	-	53.615	2.971
Estaduais	-	-	4.017	-
Municipais	-	-	10.156	644
Remuneração de capitais de terceiros	<u>25.637</u>	<u>1.094</u>	<u>47.949</u>	<u>11.969</u>
Juros	23.090	748	34.798	9.535
Outras	2.547	346	13.151	2.434
Remuneração de capitais próprios	<u>(15.876)</u>	<u>(4.637)</u>	<u>(15.876)</u>	<u>(4.637)</u>
Prejuízo do exercício	(15.876)	(4.637)	(15.876)	(4.637)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELOG S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Elog S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Elog Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e, em 25 de maio de 2009, ocorreu a transformação de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto a exploração de atividades de armazém, guarda e transporte de mercadorias e a participação como sócia, acionista ou cotista de outras sociedades ou empresas. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31/32. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- b) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas demonstrações financeiras individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos em empresas controladas (consolidado)

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Participação dos não controladores”, respectivamente.

c) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e “joint ventures” são aquelas nas quais o controle é exercido pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, na proporção dos ativos, passivos e resultados à participação da Companhia.

d) Avaliação de investimento a valor justo por perda de controle

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações não controladoras, se houver. O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.5. Combinação de negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos pronunciamentos técnicos CPC 32 e CPC 33), respectivamente.
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento com base em ações da adquirida ou acordos de pagamento com base em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento com base em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 10(R1)) na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.6. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.7. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço, para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.8. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.9. Propriedade para investimento

É representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

É registrada pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do exercício a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo da propriedade para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

2.10. Ativos intangíveis

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.11. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.12. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil e financeiro, empréstimos e financiamentos e debêntures (vide notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando estes estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

- c) As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

2.15. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 23.

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

2.16. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de caminhões.

2.18. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme demonstrado na nota explicativa nº 27.

2.19. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.20. Prejuízo básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

2.21. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e as contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.22. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das melhorias às IFRSs emitidas em 2010): esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): a IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) alterou a definição de parte relacionada.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.
- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais: fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.
- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios: esclarece que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que deem a seus detentores direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

2.23. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1): aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no exercício.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2): introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2): substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação: substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2): é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2): apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3): permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2): altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2): reflete modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2): as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (ii) que qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) que as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e à medida que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e, considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis, provisões para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas ao contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participação direta:		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	100%	100%
Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	50%	50%
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%
Elog Sudeste S.A.	100%	100%
Elog Logística Sul Ltda.	50%	50%
Participação indireta:		
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	100%
Paquetá Participações Ltda.	100%	100%

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

Controladas diretas

- O investimento na Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (“Ecopátio Logística”) foi recebido por aumento de capital em 31 de dezembro de 2009.

A Ecopátio Logística foi constituída em 5 de abril de 2006, com o objetivo de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m² que permitirá a criação de cerca de 3.500 vagas estáticas e 10.000 rotativas para caminhões e cargas. Essa área, pertencente ao município de Cubatão, é objeto de concessão de acordo com a Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em maio de 2026. A Ecopátio Logística atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença do Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX. Em 2011, iniciou as atividades operacionais de um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA Elog. Em 19 de fevereiro de 2010, foi aprovada a proposta de investimento realizado na Companhia pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações, mediante a subscrição e integralização pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações de novas ações representativas de 20% do capital social total e votante da Companhia, mais uma ação representando um investimento total de R\$92.000. Dessa forma, a EcoRodovias passou a deter 80% das ações da Companhia. O acordo de acionistas foi assinado em 31 de março de 2010.

- A Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A. foi constituída em 2007, com o objetivo principal de atuar no mercado de propriedades comerciais e industriais no Brasil, incluindo o desenvolvimento de projetos “build to suit”.
- A ELG-01 Participações Ltda. (“ELG-01”), constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

- A Elog Sudeste S.A., anteriormente denominada Armazéns Gerais Columbia S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e de serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e de serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

Controladas indiretas

- A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo os empreendimentos imobiliários, a administração por conta própria de bens imóveis e a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, “holding”, acionista ou cotista.
- A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza, e a participação direta ou indireta, na qualidade de sócia ou acionista, de quaisquer sociedades.

Combinação de negócios

Em 7 de maio de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de Controle da Elog Sudeste S.A. e da Elog Logística Sul Ltda.

A aquisição totalizou R\$274.666. Desse total R\$145.383 foram pagos em 28 de dezembro de 2010, quando da finalização das condições precedentes, entre elas, especialmente, a aprovação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e R\$110.031, em 3 de janeiro de 2011. O valor de R\$19.252 ficou em garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

As operações logísticas da Elog Sudeste S.A e da Elog Logística Sul Ltda. são atualmente realizadas em 11 localidades, em uma área total de aproximadamente 1,1 milhão de m², na qual estão incluídos 210,6 mil m² de armazéns, com movimentação de cargas em centros de distribuição e recintos alfandegados.

Nessas unidades, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- Armazenagem alfandegada, tanto no fluxo de importação quanto no de exportação, mediante a operacionalização de diversos regimes aduaneiros.
- Centros de distribuição, desenvolvendo, além da armazenagem, gestão de estoques, montagens de kits, serviços de embalagem, etiquetagem e logística reversa, entre outros.
- Transporte rodoviário de contêineres e cargas em geral, em regime comum e aduaneiro.

O valor-base da transação está sujeito a ajustes contratuais usuais, tendo sido, para fins de apuração do acervo líquido adquirido, considerados os balanços patrimoniais de 28 de dezembro de 2010.

	<u>Saldos em</u> <u>28/12/2010</u>
Disponibilidades	5.076
Outros ativos correntes	52.433
Ativo imobilizado	32.724
Total do passivo	(57.775)
Ágio gerado na operação	77.043
Custo total da aquisição	274.666

A Companhia efetuou uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais estão descritos a seguir:

<u>Ativos (passivos) líquidos adquiridos</u>	<u>Valor de</u> <u>livros</u>	<u>Ajustes de</u> <u>aquisição</u>	<u>Valor</u> <u>justo na</u> <u>aquisição</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.076	-	5.076
Contas a receber de clientes	24.509	-	24.509
Estoques	9	-	9
Outros créditos	14.626	-	14.626
Depósitos judiciais	1.429	-	1.429
Impostos diferidos	6.718	-	6.718
Ativo indenizatório	-	3.587	3.587
Imobilizado	32.582	5.262	37.844
Intangível	5.284	161.988	167.272
Ágio	-	66.288	66.288
Fornecedores	(8.923)	-	(8.923)
Empréstimos e financiamentos	(10.247)	-	(10.247)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(8.670)	5.083	(3.587)
Outras contas a pagar	(29.935)	-	(29.935)
Preço de compra considerado	<u>32.458</u>	<u>242.208</u>	<u>274.666</u>

A Companhia mensurou os valores justos de imobilizado, intangível e ágio.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa-				
Em moeda nacional	6	-	4.426	1.755
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	66.253	137.598	66.253	137.598
CDB (b)	<u>711</u>	<u>120.057</u>	<u>5.486</u>	<u>135.682</u>
	<u>66.970</u>	<u>257.655</u>	<u>76.165</u>	<u>275.035</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo compostos basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas; os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, sendo:

- 52,81% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- 16,95% de Certificado de Depósito Bancário - CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
- 30,24% de LFTs.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	11.230	72.514
Operação compromissada	34.988	53.182
LFTs	<u>20.035</u>	<u>11.902</u>
	<u>66.253</u>	<u>137.598</u>

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

6. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Nacional	42.542	27.178
Internacional (a)	<u>1.558</u>	<u>1.342</u>
	44.100	28.520
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	<u>(1.659)</u>	<u>(1.198)</u>
	<u>42.441</u>	<u>27.322</u>

- (a) Refere-se a clientes provenientes das operações do Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada direta Elog Sudeste S.A.

- (b) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente adquiridos da Elog Sudeste S.A.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>41.151</u>	<u>27.054</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	940	279
De 31 a 90 dias	313	113
Acima de 91 dias	<u>1.696</u>	<u>1.074</u>
	<u>2.949</u>	<u>1.466</u>
	<u>44.100</u>	<u>28.520</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.681	903	3.498	1.383
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>425</u>	<u>14</u>
	<u>2.681</u>	<u>903</u>	<u>3.923</u>	<u>1.397</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e aos pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O saldo será utilizado para compensar os saldos de passivos referentes a IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF, e PIS, Cofins e CSLL retidos.

8. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O saldo de R\$5.000 (R\$3.447 em 31 de dezembro de 2010) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Vide nota explicativa nº 32.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	1.515	-
Saldos recebidos na aquisição de novas empresas (*)	-	1.429
Adições	8.505	84
Baixas	(1.433)	-
Atualização monetária	<u>600</u>	<u>2</u>
Saldo no fim do exercício	<u>9.187</u>	<u>1.515</u>

(*) Saldos recebidos na aquisição das empresas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda.

10. ATIVO INDENIZATÓRIO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em 7 de maio de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Elog Sudeste S.A. e da Elog Logística Sul Ltda. O valor justo dos passivos assumidos, especificamente relacionados às contingências, foi avaliado em R\$22.840, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R\$19.253, totalizando o valor líquido de R\$3.587 (R\$3.587 em 31 de dezembro de 2010).

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Valores das investidas 31/12/2011		Percentual de participação direta (%)		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	76.734	(10.171)	100	100	76.734	50.205	(10.171)	(9.726)
Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	38.428	3.058	50	50	19.214	17.685	1.529	2.072
Ganho pelo aumento de capital na Ecopátio CLB Imigrantes	-	-	-	-	-	-	-	7.277
ELG-01 Participações Ltda.	23.765	(608)	100	100	23.765	14.638	(608)	3
Elog Sudeste S.A.	58.515	21.694	100	100	58.515	46.920	21.694	-
Elog Logística Sul Ltda.	22.162	10.925	50	50	<u>11.081</u>	<u>6.018</u>	<u>5.463</u>	-
					189.309	135.466	<u>17.907</u>	<u>(374)</u>
Ágio - Elog Sudeste S.A. (vide nota explicativa nº 4)	-	-	-	-	154.189	156.494	-	-
Ágio - Elog Logística Sul Ltda. (vide nota explicativa nº 4)	-	-	-	-	<u>66.288</u>	<u>77.043</u>	-	-
					<u>409.786</u>	<u>369.003</u>		

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2010	Adições	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Transferência	Resultado de equivalência patrimonial	Amortização de ágio	31/12/2011
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	50.205	36.700	-	-	(10.171)	-	76.734
Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	17.685	-	-	-	1.529	-	19.214
ELG-01 Participações Ltda.	14.638	9.735	-	-	(608)	-	23.765
Elog Sudeste S.A.	46.920	-	(10.099)	-	21.694	-	58.515
Elog Logística Sul Ltda.	6.018	-	(400)	-	5.463	-	11.081
Elog Sudeste S.A. - ágio fundamentado em intangíveis	156.494	-	-	10.755	-	(13.060)	154.189
Elog Logística Sul Ltda. - ágio em lucratividade futura	<u>77.043</u>	-	-	<u>(10.755)</u>	-	-	<u>66.288</u>
	<u>369.003</u>	<u>46.435</u>	<u>(10.499)</u>	-	<u>17.907</u>	<u>(13.060)</u>	<u>409.786</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

12. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

Ao custo

	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	38.405	4.323	42.728
Adições	12.866	-	12.866
Transferências	4.323	(4.323)	-
Depreciação	<u>(1.095)</u>	<u>-</u>	<u>(1.095)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>54.499</u>	<u>-</u>	<u>54.499</u>
Adições	11.286	-	11.286
Baixas	(66)	-	(66)
Depreciação	<u>(1.216)</u>	<u>-</u>	<u>(1.216)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>64.503</u>	<u>-</u>	<u>64.503</u>

Valor justo considerando o tipo da propriedade

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Edificações (*)	<u>104.895</u>	<u>87.170</u>

(*) Os valores representam 50%, conforme participação da Companhia.

O valor justo da propriedade para investimento foi estimado por peritos especializados e independentes, que adotaram a metodologia básica fundamentada pela NBR 14653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em suas partes 1: Procedimentos Gerais e 2: Imóveis Urbanos.

Foi utilizada, ainda, a Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos (versão 2005), publicada pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - IBAPE, Departamento de São Paulo.

Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor dos respectivos imóveis.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo da propriedade para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

Em relação a essa operação, em 31 de dezembro de 2011 foram contabilizados na rubrica “Receita líquida” o valor de R\$9.280 e custos e despesas no valor de R\$7.751.

A propriedade para investimento é mantida sob direito e propriedade plena.

13. IMOBILIZADO

a) Controladora (BR GAAP)

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	18	-	-	-	18
Adições	13	-	1.512	574	2.099
Depreciação	(6)	-	-	(3)	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>1.512</u>	<u>571</u>	<u>2.108</u>
Adições	159	14	1.847	2.397	4.417
Depreciação	(32)	(4)	-	(73)	(109)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>152</u>	<u>10</u>	<u>3.359</u>	<u>2.895</u>	<u>6.416</u>

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.443	3.426	156	11.000	87.921	2.300	2.745	551	109.542
Ativos recebidos em aquisição de novas empresas (*)	2.658	3.483	1.292	-	161	2.026	3.980	18.982	32.582
Adições	813	2.812	39	-	13.633	5.869	-	1.696	24.862
Baixas	-	(407)	-	-	-	(2.003)	-	-	(2.410)
Transferências	1.014	472	-	-	6	(1.061)	-	(431)	-
Depreciação	(607)	(658)	(26)	-	(4.076)	-	-	(260)	(5.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>5.321</u>	<u>9.128</u>	<u>1.461</u>	<u>11.000</u>	<u>97.645</u>	<u>7.131</u>	<u>6.725</u>	<u>20.538</u>	<u>158.949</u>
Adições	3.012	1.625	903	-	4.522	34.793	6.814	19.037	70.706
Baixas	(8)	-	-	-	-	-	-	(2.469)	(2.477)
Transferências	2.147	514	1.238	-	14.715	(19.968)	2.960	3.656	5.262
Depreciação	(2.230)	(970)	(390)	-	(4.232)	-	(2.124)	(4.615)	(14.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>8.242</u>	<u>10.297</u>	<u>3.212</u>	<u>11.000</u>	<u>112.650</u>	<u>21.956</u>	<u>14.375</u>	<u>36.147</u>	<u>217.879</u>

(*) Saldos recebidos como parte do aumento de capital das controladas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Em adição, o ativo imobilizado da Companhia contempla o saldo do ativo imobilizado das controladas diretas Elog Logística Sul Ltda. e Elog Sudeste S.A., adquiridas em 28 de dezembro de 2010, cujos montantes foram avaliados por seus valores justos.

14. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	<u>Software de terceiros</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
Adições	10
Amortização	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>9</u>
Adições	2.565
Amortização	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>2.314</u>
Taxas anuais de amortização - %	20,0

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>Ágio</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.711	998	-	5.709
Ativos recebidos em aquisição de novas empresas (*)	-	5.116	168	5.284
Adições	233.538	422	-	233.960
Amortização	-	(298)	-	(298)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>238.249</u>	<u>6.238</u>	<u>168</u>	<u>244.655</u>

	<u>Ágio</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Adições	-	4.633	-	4.633
Transferência	(5.262)	-	-	(5.262)
Amortização	(12.559)	(2.154)	(151)	(14.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>220.428</u>	<u>8.717</u>	<u>17</u>	<u>229.162</u>
Taxas anuais de amortização - %	-	20,0	-	

(*) Saldos recebidos na aquisição das empresas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda., em 28 de dezembro de 2010.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para que reflitam os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	8.614	4.817
Amortização de ágio	(4.440)	-
Outros	(1.954)	(1.314)
	<u>2.220</u>	<u>3.503</u>
Ativo diferido	4.780	6.562
Passivo diferido	(2.560)	(3.059)
	<u>2.220</u>	<u>3.503</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social sobre adições temporárias são decorrentes, principalmente, de provisões de ações cíveis e trabalhistas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes do ágio, que é um ativo intangível de vida útil indefinida, na controlada Elog Sudeste S.A., tornando o ágio dedutível, para fins de imposto de renda e contribuição social. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida não devem sofrer amortização; porém, esse ágio está sendo amortizado fiscalmente, reduzindo a base para recolhimento do imposto. Sobre o valor amortizado fiscalmente, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$4.440.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Varição no:		
Imposto de renda - corrente	(8.871)	(797)
Imposto de renda - diferido	<u>(232)</u>	<u>-</u>
	<u>(9.103)</u>	<u>(797)</u>
Varição na:		
Contribuição social - corrente	(3.457)	(291)
Contribuição social - diferida	<u>(83)</u>	<u>-</u>
	<u>(3.540)</u>	<u>(291)</u>
	<u>(12.643)</u>	<u>(1.088)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.317)	(3.549)
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	1.128	1.207
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Diferença de impostos de controlada tributada com base no lucro presumido - Ecopátio CLB Imigrantes	-	(2.294)
Amortização de ágio em investimentos	(4.440)	-
Outras	<u>(9.331)</u>	<u>(1)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(12.643)</u>	<u>(1.088)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(12.328)	(1.088)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(315)	-

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:				
Imposto Sobre Serviços - ISS	5	-	1.373	897
Cofins	19	-	1.291	776
PIS	4	-	280	168
Outros impostos	<u>36</u>	<u>129</u>	<u>2.446</u>	<u>4.420</u>
	<u>64</u>	<u>129</u>	<u>5.390</u>	<u>6.261</u>

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS - CONSOLIDADO
(IFRS E BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e outras obrigações a pagar	916	10.423
INSS a recolher	989	157
FGTS a recolher	448	36
IRRF a recolher	351	53
Provisão de férias	4.677	325
Contribuição sindical a recolher	38	-
Encargos sobre provisões	<u>2.017</u>	<u>134</u>
	<u>9.436</u>	<u>11.128</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS - CONSOLIDADO
(IFRS E BR GAAP)

Em 3 de janeiro de 2011, liquidamos as contas a pagar remanescentes de 31 de dezembro de 2010 de R\$110.031, referentes às contas a pagar assumidas pela controlada direta Elog S.A. provenientes da aquisição das empresas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO
(IFRS E BR GAAP)

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média ponderada de juros</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Em moeda nacional:				
Cédula de Crédito Imobiliário	Fevereiro/2020	IPCA + 7,2% a.a.	42.754	43.131
BNDES	Abril/2017	TJLP + 2,4% a.a.	43.483	52.123
Capital de giro	Dezembro/2013	TJLP + 3,9% a.a.	146	1.969
Finame	Outubro/2016	TJLP + 2,3% a.a.	4.751	2.536
Outros	-	-	<u>782</u>	<u>2.076</u>
			<u>91.916</u>	<u>101.835</u>
Em moeda estrangeira:				
Equipamentos	Janeiro/2014	9% a.a. + VC	4.862	2.867
Equipamentos	Setembro/2013	9% a.a. + VC	720	975
Adiantamento de contrato de câmbio “Swap”	-	6% a 7,5% a.a. + VC	-	1.670
	-	VC + 6% a.a.	-	52
Capital de giro	Dezembro/2015	Libor + 4,2% a.a.	<u>16.776</u>	<u>14.895</u>
			<u>22.358</u>	<u>20.459</u>
			<u>114.274</u>	<u>122.294</u>
Circulante			<u>18.392</u>	<u>18.675</u>
Não circulante			<u>95.882</u>	<u>103.619</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2011</u>
2013	20.690
2014	18.755
2015	18.228
2016	13.435
Posteriores a 2016	<u>24.774</u>
	<u>95.882</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de março de 2010, a Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI com valor nominal de R\$1.000, perfazendo na data de emissão R\$90.000 (R\$89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio CLB Imigrantes emitiu duas cédulas de crédito imobiliário fracionárias, sob a forma escritural de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

- Em março de 2007, a controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R\$63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela EcoRodovias. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros (“covenants”), que correspondem à relação do patrimônio líquido ao passivo total, após a fase de implantação do projeto, sendo o índice exigido a partir de 2010 até o encerramento do contrato de 0,30. Tal índice deverá ser apurado anualmente com base nas informações trimestrais da Ecopátio Logística, tendo como avalista a EcoRodovias. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.
- O contrato da Companhia requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deve ser inferior a 2,5 pontos, o EBITDA superior a R\$130.000 e o índice de cobertura de serviços de dívida superior ou igual a 1,2 pontos. Os índices serão apurados semestralmente, com base no balanço consolidado da emissora por um período de quatro semestres consecutivos. Para as debêntures foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e os “covenants” serão exigidos após serem atingidos por quatro semestres consecutivos.
- O empréstimo de capital de giro refere-se às controladas Ecopátio Cubatão Ltda., Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda., o qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela Companhia.
- A controlada Ecopátio Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos para utilização em suas operações, que representam valores nacionais de US\$8.939. Esses contratos apresentam vencimentos em dezembro de 2015, tendo como contraparte Citibank N.A. A operação de “swap” em 31 de dezembro de 2011 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano, registrada na rubrica “Despesas financeiras”, no valor de R\$17, em 31 de dezembro de 2011.

20. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	1.090	308
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>493</u>	<u>299</u>
	1.583	607
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>62</u>	<u>92</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.645</u>	<u>699</u>
Circulante	<u>1.152</u>	<u>400</u>
Não circulante	<u>493</u>	<u>299</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado” e apresenta R\$3.506 e R\$224 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, referindo-se a equipamentos.

21. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	170.000	170.000
Remuneração (juros)	694	748
Custos com emissão de debêntures	<u>(2.088)</u>	<u>(2.088)</u>
	<u>168.606</u>	<u>168.660</u>
Circulante	<u>15.782</u>	<u>444</u>
Não circulante	<u>152.824</u>	<u>168.216</u>

A Companhia concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R\$170.000 em debêntures, em série única de 170 debêntures, com vencimento em 11 parcelas semestrais, sendo a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e com vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco AA- da Fitch.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de R\$23.160 referente aos juros.

As principais características das debêntures emitidas são:

<u>Descrição</u>	<u>Companhia</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	170 (série única)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2011	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	Não atualizável
Remuneração (juros e correção)	CDI + 2,20% a.a. (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	Parcelas semestrais (20/06/2011 a 20/12/2017)
Vencimento da amortização	Parcelas semestrais (20/12/2012 a 20/12/2017)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável
Instituição depositária das debêntures	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Local de pagamento	CETIP
Instituição responsável pela conta de reserva	SLW Corretora Ltda.
Agente fiduciário	Itaú BBA

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Parcela	Custo da transação	Total	Parcela	Custo da transação	Total
2012	-	-	-	15.455	(162)	15.293
2013	30.909	(348)	30.561	30.909	(324)	30.585
2014	30.909	(348)	30.561	30.909	(324)	30.585
2015	30.909	(348)	30.561	30.909	(324)	30.585
2016	30.909	(348)	30.561	30.909	(325)	30.584
2017	<u>30.909</u>	<u>(329)</u>	<u>30.580</u>	<u>30.909</u>	<u>(325)</u>	<u>30.584</u>
	<u>154.545</u>	<u>(1.721)</u>	<u>152.824</u>	<u>170.000</u>	<u>(1.784)</u>	<u>168.216</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros em que a relação da dívida líquida e EBITDA deve ser inferior a 2,5 pontos, o EBITDA superior a R\$130.000 e o índice de cobertura de serviços de dívida superior a 1,2 pontos. Os índices financeiros serão apurados semestralmente, com base no balanço consolidado da emissora por um período de quatro semestres consecutivos. Os índices exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Elog S.A.	Série única	20/12/2010	<u>170.000</u>	<u>(2.106)</u>	<u>167.894</u>	CDI + 2,2%	14,60%
			<u>170.000</u>	<u>(2.106)</u>	<u>167.894</u>		

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para a execução de obras de conservação, melhorias e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo-					
Não circulante-					
Adiantamento para futuro aumento de capital Ecopátio CLB Imigrantes (a)	Controlada	<u>1.955</u>	---	---	---
		<u>1.955</u>	---	---	---
Passivo:					
Circulante:					
Elog Sudeste S.A. (c) - contas a pagar	Controlada	15.302	20.478	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Outras partes relacionadas	---	<u>52</u>	<u>627</u>	<u>305</u>
		<u>15.302</u>	<u>20.530</u>	<u>627</u>	<u>305</u>
Não circulante-					
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Outras partes relacionadas	---	---	<u>14</u>	---
		---	---	<u>14</u>	---
Resultado:					
Custo-					
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Outras partes relacionadas	<u>274</u>	<u>439</u>	<u>1.618</u>	<u>269</u>
Despesa-					
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Outras partes relacionadas	<u>5.626</u>	---	<u>13.009</u>	<u>2.825</u>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- Adiantamento para futuro aumento de capital efetuado para a controlada em conjunto Ecopátio CLB Imigrantes e Elog; o adiantamento foi efetuado em dezembro de 2011.
- A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$3.920.
- Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$20.478 referia-se aos valores a receber pela Elog Sudeste S.A., com os antigos proprietários, mediante contrato de promessa de compra e venda de ações. A dívida foi assumida pela Elog S.A. através de termo de assunção de dívida.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) plano de opção com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2011 em R\$1.664.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP) <u>31/12/2011</u>
Salários e ordenados	901
Benefícios diretos e indiretos	<u>319</u>
	<u>1.220</u>

23. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso de caixa foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 são como segue:

Natureza	Controladora (BR GAAP)				31/12/2011
	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	
Cível (a)	<u>14.169</u>	-	(359)	1.199	<u>15.009</u>
	<u>14.169</u>	-	(359)	1.199	<u>15.009</u>
Natureza	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				31/12/2011
	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	
Cível (a)	16.111	2	(5.588)	1.264	11.789
Tributária (b)	421	809	-	25	1.255
Trabalhista (c)	<u>6.383</u>	<u>7.010</u>	(1.254)	153	<u>12.292</u>
	<u>22.915</u>	<u>7.821</u>	(6.842)	1.442	<u>25.336</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas, danos e indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia e suas controladas têm outras provisões para perdas de natureza cível, que totalizam em 31 de dezembro de 2011 R\$1.620 (R\$790 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- Ecopátio Logística - ação civil pública

Refere-se à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Ecopátio Logística, Clermont Silveira Castor, Markom - Comércio e Participações Ltda. e Municipalidade de Cubatão, distribuída sob o nº 2007.002117-7 (31 de agosto de 2007) à 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Cubatão - SP.

No mérito da ação, discute-se: (i) a declaração de inadimplemento contratual envolvendo as partes da concessão anterior (Markom); (ii) a declaração da necessidade de licitação no que se refere à concessão à Ecopátio Logística; e (iii) a declaração de nulidade do termo de transferência e aditamento de contrato de concessão dos direitos reais de uso do imóvel do município de Cubatão - SP.

Em 29 de maio de 2007, a liminar foi deferida em parte pelo MM. Juiz para determinar a cessação das atividades no local, sob pena de multa. A referida liminar foi parcialmente cassada pelo Tribunal de Justiça.

Em 18 de outubro de 2010, foi despachada petição solicitando o reconhecimento dos efeitos do julgamento de Ação Popular movida por José Pereira nessa ação e, por consequência, a sua extinção. O Juiz não acolheu o pedido de extinção da demanda, mas revogou a liminar concedida no início da ação, permitindo a realização de todos os investimentos previstos no contrato de concessão.

Contra a decisão que não extinguiu a demanda foi interposto recurso de Agravo de Instrumento (em 6 de julho de 2011). Em 14 de dezembro de 2011, esse recurso foi julgado a favor da Ecopátio, determinando a extinção da Ação Civil Pública, sem apreciação do mérito, considerando que a decisão definitiva da Ação Popular movida por José Pereira já apreciou matéria idêntica. Aguarda-se a publicação desse acórdão, após o que será iniciada a contagem do prazo para interposição de recursos pela Procuradoria de Justiça.

A probabilidade de perda desta demanda é remota.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2011, existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$545 (R\$557 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perda possível pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributário o que segue: processo administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação - II e de 50% de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de

armazenagem e sem nenhuma relação com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R\$19.196. O processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem a um processo de indenização por acidente do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.440 (R\$6.440 em 31 de dezembro de 2010), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$284.854 está representado por 107.880.212 ações ordinárias sem valor nominal.

25. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita com logística:		
Armazém	216.358	-
“Depot” (a)	9.677	11.402
Pátio de estacionamento (b)	27.506	8.402
Redex (c)	14.923	2.397
Locação de imóveis (d)	10.799	8.483
Receita armazenada	19.944	-
Transporte	53.554	-
Outras receitas de logística	<u>5.676</u>	<u>-</u>
Receita bruta	358.437	30.684
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS	<u>(55.475)</u>	<u>(2.528)</u>
Receita líquida	<u>302.962</u>	<u>28.156</u>

(a) Refere-se à receita com movimentação de entradas e saídas de contêineres, conserto e manutenção preventiva de contêineres e armazenamento de contêineres.

(b) Refere-se a serviços de monitoramento, embarque e desembarque nos terminais portuários, triagem e ordenamento dos veículos e das cargas em direção ao Porto de Santos.

(c) Refere-se a Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex, em que são realizados os despachos aduaneiros para exportação de mercadorias, regularizados pela Receita Federal do Brasil.

(d) Refere-se a receitas de aluguel de imóveis.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal	2.819	1.001
Conservação e manutenção	90	-
Serviços de terceiros (*)	1.577	6.850
Seguros	260	43
Depreciação e amortização	369	10
Locação	696	369
Outros	<u>382</u>	<u>171</u>
	<u>6.193</u>	<u>8.444</u>
Classificados como-		
Despesas gerais e administrativas	<u>6.193</u>	<u>8.444</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal	90.016	5.833
	9.617	
Conservação e manutenção		1.799
Serviços de terceiros (*)	92.843	14.836
Seguros	4.495	306
Depreciação e amortização	30.641	7.020
Locação	38.074	771
Outros	<u>13.506</u>	<u>3.202</u>
	<u>279.192</u>	<u>33.767</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	210.798	21.553
Despesas gerais e administrativas	<u>68.394</u>	<u>12.214</u>
	<u>279.192</u>	<u>33.767</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por vigilância, assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	13.231	4.610	697	5.150
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	64	1	14.471	4
Outras	-	664	4.227	1.600
	<u>13.295</u>	<u>5.275</u>	<u>19.395</u>	<u>6.754</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(23.088)	(748)	(23.088)	(748)
Amortização dos custos sobre debêntures	(370)	(18)	(370)	(18)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2)	-	(11.710)	(8.787)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(6.550)	(1.300)
Despesas bancárias	(41)	(234)	(761)	(477)
Outras	<u>(2.136)</u>	<u>(94)</u>	<u>(5.470)</u>	<u>(639)</u>
	<u>(25.637)</u>	<u>(1.094)</u>	<u>(47.949)</u>	<u>(11.969)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(12.342)</u>	<u>4.181</u>	<u>(28.554)</u>	<u>(5.215)</u>

28. PREJUÍZO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Prejuízo básico por ação das operações	<u>(0,15)</u>	<u>(0,05)</u>	<u>(0,15)</u>	<u>(0,05)</u>

a) Prejuízo básico por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	<u>(15.960)</u>	<u>(4.637)</u>	<u>(15.960)</u>	<u>(4.637)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	<u>107.880</u>	<u>84.446</u>	<u>107.880</u>	<u>84.446</u>

b) Prejuízo diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

29. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a provisão foi de R\$1.142 (R\$306 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS
FINANCEIROS - CONSOLIDADO

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21, deduzidos de caixa e bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 24).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Dívida (i)	168.606	168.660	284.525	291.653
Caixa e equivalentes de caixa	(66.970)	(257.655)	(76.165)	(275.035)
Dívida líquida	<u>101.636</u>	<u>(88.995)</u>	<u>208.360</u>	<u>16.618</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>301.668</u>	<u>317.628</u>	<u>301.668</u>	<u>317.628</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,34</u>	<u>(0,28)</u>	<u>0,69</u>	<u>0,05</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	4.426	4.426
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	42.441	42.441
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	67.313	71.739
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	20.517	20.517
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	114.274	113.649
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	1.645	1.645
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	168.606	169.713

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Calculados através do fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) Calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures.

a) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada direta Ecopátio Logística Cubatão, com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas Ecopátio Logística Cubatão Ltda., Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda. possuem os seguintes contratos em moeda estrangeira:

<u>Credor</u>	<u>31/12/2011</u>	
	<u>R\$</u>	<u>Moeda</u>
Nordea Bank Finland PLC	720	US\$
Nordea Bank Finland PLC	4.862	€
Citibank	16.776	US\$

b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015 em diante</u>
Arrendamento mercantil					
financeiro	19,83% a.a.	1.152	413	80	-
FINAME	TJLP + 5,46% a.a.	1.007	1.037	1.024	1.194
CDC	14,51% a.a.	199	117	126	-
BNDES	TJLP + 7,4% a.a.	8.524	8.398	8.255	19.134
Capital de giro	TJLP + 3,90% a.a.	73	73	-	-
Cédula de crédito imobiliário	IPCA + 7,20% a.a.	2.582	4.979	4.251	30.942
Equipamentos (moeda estrangeira)	VC + 8,68% a.a.	2.035	1.829	1.081	636
Capital de giro (moeda estrangeira)	Libor + 4,20% a.a.	3.971	4.268	4.268	4.270
Debêntures	CDI + 2,20% a.a.	15.782	30.561	30.561	91.702

e) Contrato de “swap” de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos operacionais para utilização em suas operações, que representam valores nocionais de US\$8.939. Esses contratos apresentam vencimentos em dezembro de 2015, tendo como contraparte Citibank N.A. A operação de “swap” em 31 de dezembro de 2011 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano, registrada na rubrica “Despesas financeiras”.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre debêntures - série única	Alta do CDI	81.984	98.668	115.139
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	10.422	13.028	15.633

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2011 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável, definido com base na expectativa da Administração, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Análise de sensibilidade

Risco de mudança nas taxas de câmbio

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	2.050	2.310	2.560
Empréstimos e financiamentos	Alta do €	630	710	726

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	11,60%	14,50%	17,40%
TJLP (b)	1,97%	2,46%	2,96%
US\$ (c)	1,8758	2,3448	2,8137
€(d)	2,4342	3,0428	3,6513

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011.

(b) Refere-se à TJLP em 31 de dezembro de 2011.

(c) Refere-se à taxa do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2011.

(d) Refere-se à taxa do euro em 31 de dezembro de 2011.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

31. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$173, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

32. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u> <u>R\$ mil</u>
Garantia de obrigações privada	Outubro/2011 a outubro/2012	42.987
Responsabilidade civil	Novembro/2011 a novembro/2012	25.495
Empilhadeiras	Abril/2011 a abril/2012	863
Operação portuária - operações	Novembro/2011 a novembro/2012	US\$600.000
Multirisco patrimônio	Novembro/2011 a novembro/2012	89.100
Veículos	Abril/2011 a abril/2012	Tabela FIPE
Imóveis	Mai/2011 a maio/2012	38.000

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas visa integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de atuação da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes dos serviços anteriormente mencionados e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e suas controladas.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.